



Número: **0804601-32.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **17/08/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.162,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA (AUTOR)		PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM (ADVOGADO)	
MAPFRE (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
33287799	17/08/2020 15:35	Petição Inicial	Petição Inicial
33287812	17/08/2020 15:35	1 - Petição Inicial - Eridelson Figueiredo da Silva	Documento de Comprovação
33287815	17/08/2020 15:35	2 - Procuração	Procuração
33287817	17/08/2020 15:35	3 - Identificação	Documento de Identificação
33287821	17/08/2020 15:35	4 - Comprovante de residência	Documento de Comprovação
33287825	17/08/2020 15:35	5 - Laudo Médico Atualizado	Documento de Comprovação
33287827	17/08/2020 15:35	6 - Documentos médicos	Documento de Comprovação
33287828	17/08/2020 15:35	7 - Boletim de ocorrência	Documento de Comprovação
33287832	17/08/2020 15:35	8 - Documento da motocicleta	Documento de Comprovação
33287834	17/08/2020 15:35	9 - Resultado adminstrativo	Documento de Comprovação
33379883	21/08/2020 15:49	Despacho	Despacho
35137046	06/10/2020 08:04	Petição	Petição
35137599	06/10/2020 08:04	Petição diversa - Eridelson Figueiredo da Silva	Documento de Comprovação
35137601	06/10/2020 08:04	Extrato bancário	Documento de Comprovação
35468772	30/11/2020 15:39	Despacho	Despacho
37581253	08/12/2020 09:37	Certidão	Certidão

Segue anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA _ VARA REGIONAL
CÍVEL DE MANGABEIRA COMARCA DE JOÃO PESSOA – PB.**

ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA, brasileiro, união estável, estoquista, portador do RG nº 2597161 SSP/PB e inscrito no CPF nº 074.810.614-67, residente e domiciliado na Rua Mariangela Lucena Peixoto, nº 15/B, Valentina, João Pessoa/PB, CEP 58063-300, por seu advogado *in fine* subscrito, com endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, Súmula 540 STJ bem como art. 319 CPC, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO
SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0082-01, com endereço na Av. Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, CEP 58030-000, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos abaixo articulados.

I – PRELIMINARMENTE | DA JUSTIÇA GRATUITA

Conforme explanado no artigo 98 CPC, o Autor pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita, em razão de sua enorme hipossuficiência econômica que não lhe permite, atualmente, pagar custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

II - DAS PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS

Requer, desde já, a parte Autora que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM** –

Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP: 58030-222..
Telefone: (83) 99654-5234 (Tim) | paulorolimadv@gmail.com



OAB/PB 27.856, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é paulorolimmadv@gmail.com e endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa-PB. CEP: 58030-222, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**.

III – DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Não obstante a criação da Seguradora Líder, qualquer seguradora participante do Consórcio DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda.

Nesse sentido, a Suprema Corte no recurso extraordinário, sustentou entendimento acerca dos artigos 1º, inciso III, e 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.350/DF e 4.627/DF, ambas relatadas pelo Ministro Luiz Fux, e o Recurso Extraordinário com Agravo nº 704.520/SP, relator o ministro Gilmar Mendes, **com repercussão geral reconhecida, concluiu pela constitucionalidade das alterações promovidas na legislação do seguro DPVAT pelas Leis nºs 11.482/07 e 11.945/09.**

Ocorrendo o sinistro na vigência da Lei nº 11.482/2007, o valor da indenização deve ser no máximo de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aplicando-se as Resoluções do CNSP e da SUSEP, **para adequar a indenização ao percentual da invalidez suportada.**

Dessa forma, a correção monetária deve ocorrer a partir do evento danoso e os juros de mora devem incidir desde a citação, conforme estabelece o artigo 405 do Código Civil e a Súmula nº 43 do STJ.

Igualmente, o posicionamento do STJ na súmula 540, expõe que: **"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".**

Por isso, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, é cristalina, acerca da matéria:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA/PROMOVIDA. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE



INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. Verificando-se que a ação foi ajuizada antes do marco (03.09.2014) estabelecido, pelo STF, na modulação de efeitos do paradigma (RE 631.240) a partir do qual se exigiu o prévio requerimento administrativo para fins de demonstração do interesse de agir; e observando-se, ainda, que a seguradora/promovida apresentou contestação e seguiu defendendo, durante os trâmites processuais, a inexistência de direito da parte ao recebimento da indenização securitária pleiteada na exordial, configurada está a resistência à pretensão autoral, o que evidencia o interesse de agir da parte. **De acordo com posicionamento assente na jurisprudência pátria, qualquer das seguradoras consorciadas do seguro DPVAT tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação que tenha por objeto o pagamento do referido seguro, podendo o autor optar pelo manejo contra qualquer delas, sem se exigir a inclusão da seguradora líder.** MÉRITO. AUTOR VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. LAUDO PERICIAL QUE ATESTOU DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL (30%) NA MÃO ESQUERDA. NEXO CAUSAL PRESENTE. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. MONTANTE INDENIZATÓRIO QUE DEVE SER FIXADO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DE DEBILIDADE, COM APLICAÇÃO, PARA FINS DE QU. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002107920078150271, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 18-06-2019).

IV- DOS FATOS

No dia 04/06/2019, por volta das 09h30min, o promovente foi vítima de acidente automobilístico, em razão de colisão detrás de um veículo Fiat Palio ELX, cor verde, ano 2001/2002, placa MOP 4970/PB, sendo por conseguinte arremessado ao solo, o incidente ocorreu durante o percurso pela Rua Lateral do Restaurante Luar do Sertão, bairro Cristo Redentor, em João Pessoa/PB, enquanto transitava conduzindo uma motocicleta, de marca Honda/NXR 160 BROS ESDD, cor preta, ano 2015/2015, placa QFJ 1007/PB, CHASSI 9C2KD0810FR465491.

Em virtude do ocorrido, foi resgatado e encaminhado ao Complexo Hospitalar Mangabeira. No seu atendimento médico foi constatado que a promovente apresentava **FRATURA DO 4º QUIRODÁCTILO ESQUERDO (CID 10: S62.3.)**, tendo que se submeter a procedimento cirúrgico.

Ademais, em laudo médico atualizado, lavrado em 02/06/2020, fora constatado **PERCA DE 50% NO MEMBRO AFETADO** *ipsis litteris*: PACIENTE PORTADOS DOS CID 10: T92.2 (Seqüelas de fratura ao nível do punho e da mão) + CID 10: T 92.5 (Seqüelas de traumatismo de



músculo e tendão do membro superior) NA MÃO ESQUERDA (4º QUIRODÁCTILO) PÓS FRATURA, COM REPERCUSSÃO ÁLGICA, MOTORA E PARESTÉSICA, DEFORMIDADE DEFINITIVA, PERCA EM 50% NA FUNCIONALIDADE, INTERFERINDO DIRETAMENTE NA LABORALIDADE. Senão vejamos:

Policlinica Jaguaribe
A Policlínica de Sua Família

ESPECIALIDADES

- Alergologia
- Angiologia
- Cardiologia
- Cirurgia Geral
- Clínica Médica
- Dermatologia
- Endocrinologia
- Geriatria
- Ginecologia
- Mastologia
- Neurologia
- Nefrologia
- Nutrição
- Otorrinolaringologia
- Oftalmologia
- Pediatria
- Pneumologia
- Psicologia
- Proctologia
- Reumatologia
- Urologia

Exatidão Original do Silício

Laudo:

PACIENTE PORTADOR DOS
VALORES: T92.2 + T92.5 NA
MÃO ESQUERDA (4º QUIRO-
DÁCTILO) PÓS FRATURA,
COM REPERCUSSÃO ÁLGICA,
MOTORA E PARESTÉSICA,
DEFORMIDADE DEFINITI-
VA, PERCA EM 50% NA FUN-
CIONALIDADE, INTERFERINDO
DIRETAMENTE NA LA-
BORALIDADE.

02/06/20

DR. DUALMA BENTO F. JUNIOR
CRM - 3874
TRANSITO.COM - MEDICINA CONSULTA

Rua Francisco Manoel, S/N - Jaguaribe
João Pessoa/PB - Tel: (83) 3612-1000

Cumprе ressaltar, que após o mencionado acidente o promovente adquiriu sequelas permanentes, dentre as quais: **PERDA DE FORÇA, REDUÇÃO DA MOBILIDADE, DORES CONSTANTES, INCHAÇO, DORMÊNCIA E FORMIGAMENTO**, conforme laudos médicos acostado aos autos.

O Promovente, em decorrência do acidente de trânsito sofrido, de posse da documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à Comprev, **SINISTRO Nº 3200015272**, para receber a indenização pelo acidente de trânsito ocorrido, tendo recebido o restrito valor de R\$



337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos), valor este muito aquém da gravidade das lesões permanentes e do estabelecido em Lei.

Sendo assim, não restou alternativa ao Promovente senão pleitear a justa indenização a ele devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente, ocasionada pelo grave acidente de que foi acometido, em observância à disposição contida no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74 alterado pela Lei nº 11.482/2007.

V – DO DIREITO

A cobertura do seguro obrigatório – DPVAT – abrange os casos de indenização por morte ou por invalidez permanente e de reembolso de despesas médico-hospitalares, objetivando proporcionar a todas as vítimas de acidentes automobilísticos indenizações pelos danos sofridos.

Para o recebimento do seguro DPVAT, nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, com as alterações dadas pela Lei 8.441/92, basta que se comprove o acidente e o dano dele decorrente.

No caso em deslinde, observa-se a presença dos dois requisitos mencionados em lei. Primeiramente, a parte promovente foi vítima de acidente de trânsito, sendo surpreendido com o incidente danoso.

Ademais, e para assegurar que lhe é devido justa indenização, o acidente resultou em invalidez permanente, como bem demonstrado por laudos médicos em anexo.

Por assim ser, o Promovente preencheu todos os requisitos do art. 5º da Lei 6.194/74, quais sejam: **PROVA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO E O DANO ORIUNDO DELE.**

Sobre isso, a jurisprudência dominante:

AGRAVO INTERNO. MONOCRÁTICA NA QUAL NEGOU- SE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. DESPROVIMENTO. Para pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT, exige a Lei 6.194 de 19 de novembro de 1974, em seu artigo 5.º, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO doProcesso N°00025857920128150141,3ª Câmara Especializada Cível, Relatora DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 27-10-2015)



APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. **Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74.** O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação. (TJ-MG - AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - EFETUADA - LAUDO PERICIAL PARTICULAR - PROVA NÃO IMPUGNADA - INVALIDEZ PERMANENTE - DANO CORPORAL PARCIAL - SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº. 11.482/2007 E PELA LEI 11.945/09-QUANTUM PROPORCIONAL. **Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para que a vítima faça jus ao recebimento de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório, basta a comprovação da prova do acidente e do dano decorrente, ônus do qual se desincumbiu o autor.** Nos termos do art. 333, II do CPC, compete ao réu provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, entretanto, é este o meio de suprir a carência de conhecimentos técnicos para a apuração dos fatos, mormente quando a elucidação do fato depender de conhecimento técnico. (TJ- MG - AC: 10647140033257001 MG, Relator: Edison Feital Leite, Data de Julgamento: 28/05/2015, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/06/2015)

Entretanto, vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Desse modo, é vislumbrada a clareza do legislador, ao estabelecer, em seu “**art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**”

Acompanhando os ensinamentos das Cortes Superiores, vejamos jurisprudência do



TJPB:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - **ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEQUELA - DANO DEFINITIVO PARCIAL INCOMPLETO** - MÃO ESQUERDA - GRADUAÇÃO MÉDIA DA INCAPACIDADE PERMANENTE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO) - **OBSERVÂNCIA DA TABELA ANEXO DA LEI Nº 6.194/1974** - QUANTUM ESTIPULADO NA SENTENÇA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - ART. 932, IV, A DO CPC/15 - DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. - A Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça respalda que: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00011104420148150521, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 20-09-2019)

Desta forma, **por tratar-se de invalidez reconhecida por parte da seguradora COMPREV, é inadmissível o valor ofertado por parte da ré, que em total discrepância com o valor estabelecido pela tabela anexo da Lei nº 6.194/1974, indenizando o autor com quantia demasiadamente inferior.**

Sendo assim, o promovente não encontrou outra saída, senão buscar a tutela do Poder Judiciário, com embasamento jurídico previsto na Constituição Federal, bem como na Lei 6.194/74.

VI – DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Pelo exposto, requer a **TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, nos seguintes termos:

- a) A citação da empresa seguradora, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, querendo, apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de revelia, vide arts. 239 e 344 ambos do CPC;
- b) A **concessão do benefício da assistência judiciária gratuita**, tendo em vista que o Autora não apresenta, atualmente, condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos do art. 98, da Lei 13.015/15;
- c) Que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM – OAB/PB 27.856**, cujo endereço eletrônico é **paulorolimm1@outlook.com** e endereço profissional na Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, João Pessoa-PB. CEP: 58030-222, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**;



- d) Que submeta a parte autora à perícia médica, a fim de aquilatar o seu estado de saúde, facultando apresentação de quesitos, tal como autorizado pelo art. 12 da Lei 10.259/2001;
- e) Requer a dispensa da audiência de conciliação, conforme o art. 334, §4º, I, **§5º, do Código de Processo Civil, já que a matéria necessita da realização de perícia médica:**
- f) A **condenação da Ré ao pagamento da indenização, no valor de R\$ 13.162,50** (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), acrescidos de juros e correção monetária;
- g) A condenação da Ré ao **recolhimento de custas e pagamento dos honorários advocatícios**, à base de 20% sobre o total apurado quando da liquidação do julgado, ou critério deste douto Juízo;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial prova testemunhal, pericial, documental, bem como outras que se fizerem pertinentes.

Dando-se à causa o valor de **R\$ 13.162,50** (treze mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nesses termos,

pede deferimento.

João Pessoa, 17 de agosto de 2020.

PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM
OAB/PB 27.856



PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: Eu, Erickson Figueiredo da Silva, Portador do RG: 2.594.161 e CPF: 074.810.619-64, Residente no endereço: Rua Maria Amélia Luena Peixoto, 151 B, Valentina, João Pessoa, PB, CEP: 58063-300.

OUTORGADO: **PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PB sob nº 27.856, cujo endereço eletrônico para qualquer comunicação é paulorolim1@outlook.com e com endereço profissional situado à Rua Professor Manoel Coutinho, nº 391, Bairro dos Estados, João Pessoa/PB, CEP 58015-590.

PODERES: o outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador amplos poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do NCPC, com a cláusula "ad judicium et extra", para representá-lo em repartições públicas federais, estaduais, autarquias e especialmente perante requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio **Seguro DPVAT**, o pagamento do sinistro, que vitimou em acidente de trânsito do cliente acima mencionado, conforme registrado pelo B.O. anexo ao processo.

Desta forma tratando de assuntos de seu interesse, assinando requerimentos e outros papéis, requerer indenizações, desistência, obter vistas em procedimento administrativo, conferindo-lhes ainda poderes para, em qualquer juízo, Instância ou tribunal, propor ação revisional e/ou inicial, seguindo-a até o final, utilizando-se dos recursos legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizados a confessar, prestar depoimento pessoal, desistir, renunciar aos valores excedentes a 60 salários mínimos em razão do procedimento especial (art. da lei 10.259/2010), transigir, firmar compromissos e acordos, receber intimações, citações administrativas ou judiciais, agindo tudo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem. Bem como, representar o(a) outorgante como se o(a) próprio(a) fosse, podendo requerer, **assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT, bem como outras indenizações que se fizerem pertinentes**, enfim requerer e assinar todos os papéis e documentos que forem precisos e praticar todos os demais atos necessários para o mais amplo e fiel cumprimento do presente mandato.

DECLARAÇÃO: O(a) (s) outorgante(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060/50 e art. 98 do NCPC.

João Pessoa, 16 de Julho de 2020.

Erickson Figueiredo da Silva
Outorgante



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR-UF
2597161 SSP PB

CPF DATA NASCIMENTO
074.810.614-67 25/05/1983

FILIAÇÃO
MANOEL RAIMUNDO DA
SILVA
MARILEIDE FIGUEIREDO
DA SILVA

PERMISSÃO

ACC

CAT.HAB.

A

Nº REGISTRO
05264476604

VALIDADE
14/03/2021

1ª HABILITAÇÃO
01/08/2011

OBSERVAÇÕES

Eridelson Figueiredo da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO
17/03/2016

Ariston Chaves Sousa
Diretor Suplente de Trânsito

ASSINATURA DO EMISSOR

87847837834
PB032286120

DETRAN-PB (PARAÍBA)

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1275588160

PROIBIDO PLASTIFICAR
1275588160



(83) 99811-5088

ADELY CRISTINA LACERDA BOTEELHO
RUA MARIANGELA LUCENA PEXOTO, 15/B - VALENTINA
JOAO PESSOA / PE - CEP: 58063-300 (AG: 5)

energisa

Ligacao: TRIFÁSICA
Cis/Sbc: COM MTC: 33 / COMERCIAL - OUTROS SERVIÇOS E OUTRAS ATIVIDADES
Roteiro: 13 - 5 - 539 - 1720
Medidor: 00008900312

Referencia: Abr / 2019
Emissao: 22/04/2019

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ: 06.805.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 023.739.470
Cód. para Dêb. Automático: 00004127833

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196

Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

Apresentação

Data prevista da
próxima leitura

CPF/ CNPJ/ RANI

Abr / 2019

22/04/2019

22/05/2019

026.803.824-08

Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora):

5/412783-3

Canal de contato

Declaração de Quilção Anual de Débitos:
Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009,
informamos a quitação dos débitos referentes aos fatu-
ramentos regulares de energia elétrica desta unidade

ESPECIALIDADES

- Alergologia
- Angiologia
- Cardiologia
- Cirurgia Geral
- Clínica Médica
- Dermatologia
- Endocrinologia
- Geriatria
- Ginecologia
- Mastologia
- Neurologia
- Nefrologia
- Nutrição
- Otorrinolaringologia
- Oftalmologia
- Pediatria
- Pneumologia
- Psicologia
- Proctologia
- Reumatologia
- Urologia



Ericleide Figueredo da Silva

Laudo:

PACIENTE PORTADOR DOS
VALORES: TG 2.2 + TG 2.5 NA
MAM ESQUERDA (4º QUADR-
ANTECUBITO) POR FRATURA,
COM DEFORMAÇÃO ALGIDA,
MOTORA E PARÉSTESIA,
DEFORMAÇÃO DE FLEXÃO
NA OMBRA EM 50% NA FLEX-
CÃO E EXTENSÃO, INTERFERINDO
SIGNIFICATIVAMENTE NA
COORDENAÇÃO.

02/06/20

* O Paciente terá direito a um retorno no período de até 15 dias úteis a partir da consulta.

Rua Francisco Manoel, S/N - Jaguaribe
João Pessoa/PB - Tel: (83) 3612.1000

DR. DUALMA BENTO F. JUNIOR
CRM - 3874
TRAUMATOLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO





CERTIDÃO

Nº. 1323/2019

Atendendo solicitação de **ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA** e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial N°235023 pertencentes ao paciente que foi atendido dia 04/06/2019 às 11H12min, vítima de colisão carro x moto, apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de 4º quirodáctilo esquerdo. Medicado e imobilizado.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 14 de agosto de 2019

Rosângela M. Escorel Almeida
Médico Intensivista
CRM 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA

COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURTY

RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N

58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980

FAX: () - CNPJ:

Ficha Nr: 235023

Atd: Nao Regular

Data: 04/06/2019

Hora: 11:12:39

Recepcionista: ANA PAULA ALMEIDA PEI

Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 2

Nome: ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA

Num. Prontuario: 2018.11.003000

CNS: 898003282583631 Sexo: M CPF: 07481061467 Fone: 986667320

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 25/05/1983 Id: 36 ano(s)

End.: RUA MARIANGELA LUCENA PEIXOTO, 15

Bairro: VALENTINA DE FIGUEIREDO Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: MARILEIDE FIGUEIREDO DA SILVA

Pai: MANOEL RAIMUNDO DA SILVA

Raca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: ESTOQUISTA

Estado Civil: NAO INFORMADO

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA

Tel/Doc. Responsavel: 986667320 / CPF: 07481061467

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO

Vitima de acidente por: COLISAO CARRO MOTO CONDUTOR MOTO AS 9,30 NA PRINC

Vitima de violência por: NAO

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificação de Risco: AMARELO

PA:

FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC:

TP:

[] Politraumatizado [] Convulsao

Peso:

Altura:

[] Hemorragia [] Dispneia

Glicemia:

IMC:

[] Diarreia [] Agitado

Circ. Abd:

O2%:

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Observacao

Queixa Principal

COLISAO CARRO MOTO, TRAUMA EM MSE.

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

→ Colisao Carro Moto com trauma em MSE.

- MÃO DIREITA OUTROS SINTOMAS OU OUTROS TRAUMAS

Diagnostico

CONSTA: - PRIMEIRO ATENDIMENTO. - RX MÃO ESQUERDA

1º TRAUMA LOCALIZADO MÃO ESQUERDA

Prescrição

- AVALIAÇÃO DA LESÃO

- TRATAMENTO DA ORTOPEDIA

Declaro: trata-se de lesão ortopédica

sem risco de vida, CNE, ortopédia.

Dr. Nivaldo B. de Lucena Filho
Ortopedia

Data e Hora | PRESCRIÇÃO (assinatura e carimbo)

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM

Qtde	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucao

Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

PROCEDIMENTO REALIZADO

030106006-1

DESTINO DO PACIENTE

☐ Residencia ☐ Transferido ☐ Desistencia ☐ UTI
☐ Alta a pedido ☐ Enfermaria Obito: ☐ Atestado ☐ SVO ☐ IML

Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico

030106006-1





SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 06159.01.2019.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 06159.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:22 horas do dia 04 de junho de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Gerusa Cavalcante Nogueira, Agente de Investigação, matrícula 1273396, ao final assinado, compareceu **Eridelson Figueiredo da Silva**, CPF nº 074.810.614-67, nacionalidade brasileira, estado civil união estável, profissão Estoquista, filho(a) de Marileide Figueiredo da Silva e Manoel Raimundo da Silva, natural de Itabaiana/PB, nascido(a) em 25/05/1983 (36 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Mariangela Lucena Teixeira, Nº 15, complemento VALENTIA I, bairro Valentina, tendo como ponto de referência Próximo Ao Detran, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98666-7320.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Elias Cavalcante de Albuquerque, Na Rua Lateral do Restaurante Luar do Sertão, João Pessoa/PB, bairro Cristo Redentor; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 04/06/19 09:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **OUTROS FATOS**.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE HOJE, POR VOLTA DAS 09H30MIN, VINHA TRAFEGANDO NA RUA ELIAS CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE, NO CRISTO REDENTOR, NA MOTO DE MARCA-HONDA/NXR160 BROS ESDD, DE COR-PRETA, ANO-2015/2015, PLACA-QFJ1007/PB, CHASSI: 9C2KD0810FR465491, QUANDO COLIDIU NA TRASEIRA DO VEÍCULO DE MARCA-FIAT/PALIO ELX, DE COR-VERDE, ANO-2001/2002, PLACA-MOP4970/PB, CHASSI: 9BD17141322112519, CONDUZIDO PELO SR. LUAN CARLOS GOMES BARRETO, CPF-109.653.614-54, CELULAR DE Nº (83) 98601.8849, QUE HOVE DANOS MATERIAIS NO FIAT/PALIO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 04 de junho de 2019.


GERUSA CAVALCANTE NOGUEIRA
Agente de Investigação


ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA
Noticiante

Procedimento Policial: 06159.01.2019.1.00.401

1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN

L
A
C
R
E

0
0
4
2
3
7
4
1
4
6

DETRAN - PB

Nº 013930314605

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 0105723168-9 R.N.T.R.C. 00/00000000 EXERCÍCIO 2018

NOME
ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA

GPF / CNPJ
07481061467

PLACA
QFJ1007/PB

PLACA ANT / UF
NOVO PB

CHASSI
9C2KD0810FR465491

ESPECIE TIPO
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTÍVEL
ALCO/GASOL

MARCA / MODELO
HONDA/NXR160 BROS ESDD

ANO FAB. 2015 ANO MOD. 2015

CAP / POT / CIL
2 P/162 /CI

CATEGORIA
PARTIC

COR PREDOMINANTE
PRETA

COTA ÚNICA

VENC. COTA ÚNICA
00/00/0000

VENC / COTAS

FAIXA I.P.V.A.

PARCELAMENTO / COTAS

PREMIO TARIFARIO (R\$)

IOF (R\$)

PRÊMIO TOTAL (R\$)

DATA DE PAGAMENTO

SEGURO

P A G O

09/04/2018

SEM RESERVA DE DOMINIO

OBSERVAÇÕES

NAO VALIDA

0

TIPO PESSOA - FISCAL

DATA
12/04/2018

78444

SINISTRO 3200015272 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA

CPF/CNPJ: 07481061467

Posição em 30-01-2020 17:12:09

O pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder-DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será liberado.

Por gentileza, volte a consultar seu processo neste site dentro de 4 dias.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/01/2020	R\$ 337,50	R\$ 0,00	R\$ 337,50





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0804601-32.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM - PB27856

REU: MAPFRE

DESPACHO



Vistos.

1. A parte autora requereu o benefício da gratuidade judiciária, de forma integral.

2. O CPC de 2015 trouxe inovação para aqueles cujo pagamento integral das custas processuais pode se revelar excessivamente oneroso e, assim, criar hipótese de restrição de acesso à Justiça. Diz o art.98 do Código de processo Civil atual:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

(...)

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

3. Além do parcelamento, da concessão com referência a determinados atos, poderá, ainda, ser reduzido o percentual a ser antecipado do valor total devido, como mencionado no § 5º do art. 98 do CPC.

4. Desse modo, intime-se a parte autora para juntar ao processo documento hábil a comprovar a necessidade do benefício processual (contracheque, declaração de imposto de renda ou documento que o valha), para fins de análise comparativa da renda auferida com o valor das custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento do pedido da gratuidade judiciária.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



Em anexo.



AO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA/PB.

Processo n.º: 0804601-32.2020.8.15.2003

ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA, devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, em que move contra **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.**, igualmente qualificada, por meio de seu advogado e procurador *in fine* assinado, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho exarado pelo douto juízo, informar que o promovente não declara IRPF, motivo pelo qual **junta-se extrato bancário demonstrando sua hipossuficiência financeira.**

Com escopo no extrato anexo, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita pelo **MM Juízo**.

Nestes termos,

Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 06 de outubro de 2020.

Paulo Roberto da Silva Rolim
OAB/PB 27.856



BANCO DO BRASIL S.A.
03/10/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 11.31.00
0834773224

EXTRATO CONTA CORRENTE PARA SIMPLES CONFERENCIA

AGENCIA: 3165-8 CONTA: 21.023-4
CLIENTE: ERIDELSON F SILVA

HISTORICO	DOCUM.	VALOR
S A L D O		0,00

Saldo		0,00
Juros *		0,00
Data de Debito de Juros	03/11/2020	
IOF *		0,00
Data de Debito de IOF	03/11/2020	
(*) Apurados de acordo com o somatorio dos saldos devedores diários no mes anterior ao debito.		

SALDO EM CONTA-SALARIO	6,22
------------------------	------

OBSERVACOES:

- INFORMACOES CDC INDISP. TEMPORARIAMENTE

Leia no verso como conservar este documento,
entre outras informações.



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0804601-32.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA
Advogado do(a) AUTOR: PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM - PB27856

REU: MAPFRE

DESPACHO

Analisando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu o benefício da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor é estoquista e declarou não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios; já o valor das custas processuais é de R\$ 1.233,04 (um mil, duzentos e trinta e três reais e quatro centavos).



Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0804601-32.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ERIDELSON FIGUEIREDO DA SILVA

REU: MAPFRE

Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o expediente retro à impressora dos Correios.

Documentos para expedição de AR 8 de dezembro de 2020 9:01

De: SILVANA DE CARVALHO FERREIRA

Para: Jose Vieira da Silva

CIT BCO PAN_0800611 67 2019.pdf (103,1 KB) Fazer download Remover	CIT FIT 07 APE ...END_0800331 67.pdf (114,6 KB) Fazer download Remover
CIT MAPFRE 0804601 32 2020.pdf (262,9 KB) Fazer download Remover	citação 2_0830981.pdf (125,9 KB) Fazer download Remover
citação 3_0830981.pdf (67,7 KB) Fazer download Remover	citação 4_0830981.pdf (126 KB) Fazer download Remover
citação 5_0830981.pdf (125,3 KB) Fazer download Remover	CITAÇÃO 0800331...CONSTRUT TENDA.pdf (114,5 KB) Fazer download Remover
citação bradesco_0807676 79.pdf (261,5 KB) Fazer download Remover	INT OMNI 0860791 60 2016.pdf (275,8 KB) Fazer download Remover
INTIM BANCO SAN...027721 90 2013.pdf (279,1 KB) Fazer download Remover	
Fazer download de todos os anexos	
Remover todos os anexos	

Pelo presente, encaminho os documentos expedidos nos autos abaixo indicados, para fins de expedição dos respectivos ARs:

"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\CIT BCO PAN_0800611 67 2019.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\CIT FIT 07 APE EMPREEND_0800331 67.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\CIT MAPFRE 0804601 32 2020.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\citação 2_0830981.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\citação 3_0830981.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\citação 4_0830981.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\citação 5_0830981.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\CITAÇÃO 0800331 67_CONSTRUT TENDA.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\citação bradesco_0807676 79.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\INT OMNI 0860791 60 2016.pdf"
"C:\Users\silva\Desktop\IMPRESSÃO_IN 30 11 20\INTIM BANCO SANTANDER_0027721 90 2013.pdf"

Grata,
Silvana Carvalho

João Pessoa/PB, 8 de dezembro de 2020.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário

